

**Escritório Fortaleza**

R. Joaquim Felício, nº201, Sala 06, Shopping Cavalcante Plaza Center
 Bairro Messejana, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.840-115
 Fone: (0xx85) 3215-1116
 E- mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Escritório Iguatu

Rua Engenheiro Wilton Correia Lima, N° 9
 Bairro Prado, Iguatu - Ceará, CEP: 63.502-108
 Fone: (0xx88) 3581-1280
 E- mail: albeaugadvogados@hotmail.com

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
 VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA, ESTADO DO CEARÁ.**

**JUSTIÇA GRATUITA
PROCESSO COM PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO – PARTE PORTADORA
DE DEFICIÊNCIA FÍSICA**

CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO, brasileira, solteiro, estudante, portador do RG número 2015208028-1, SSP-CE, inscrito no CPF sob o nº 082.682.413-73, neste ato assistido por sua genitora ESPEDITANOQUEIRA DE SOUZA, brasileira, portadora do RG número 2016063849-0, SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 956.266.623-91 ambos residentes e domiciliados no Sítio Mauricica, S/N, Canabrava, Cariús – Ceará, CEP: 63530-000, por conduto de seus advogados, devidamente qualificados no instrumento procuratório anexo, com endereço profissional situado Av. Dr. José Holanda Montenegro, nº 315, Bairro Centro, Iguatu - Ceará, CEP: 63.500-013 e/ou Rua Joaquim Felício, nº 201, sala 06, Shopping Cavalcante Plaza Center, Bairro Messejana, Fortaleza-Ceará, CEP: 60.840-115, telefone (85) 3215-1116, e-mail albeaugadvogados@hotmail.com, aonde recebem notificações e expedientes do gênero, respeitosamente vem à presença de Vossa Excelência propor a presente **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA** contra **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 61.074.175/0001-38, sita à Avenida Antônio Sales, nº 1357, Bairro Joaquim Távora, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.135-100, e **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGRE DPVAT S.A.** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com domicílio profissional a Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Bairro Centro,

**Escritório Fortaleza**

R. Joaquim Felício, nº201, Sala 06, Shopping Cavalcante Plaza Center
Bairro Messejana, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.840-115
Fone: (0xx85) 3215-1116
E-mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Escritório Iguatu

Rua Engenheiro Wilton Correia Lima, Nº 9
Bairro Prado, Iguatu - Ceará, CEP: 63.502-108
Fone: (0xx88) 3581-1280
E-mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, o que faz pelos fundamentos fáticos e jurídicos que adiante passa a aduzir.

A princípio, por não reunir condições financeiras suficientes para arcar com as despesas concernentes a este processo sem que tenha prejudicada a digna sobrevivência a parte suplicante declara-se pobre, nos termos da lei 1060/50, responsabilizando-se integralmente por tal afirmação, consoante lei 7115/83, e requer seja agraciada pelos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, sendo-lhe assegurado legítimo acesso à Justiça.

DOS FATOS

No dia 01/11/2015, às 21:21 horas, o (a) suplicante seguia pelas Sítio Quixoá dos Lopes, Iguatu - CE, na motocicleta HONDA/CG 150 FAN ESDI, Cor vermelha, Ano/modelo 2014, Chassi: 9C2KC16BOER54556, Placa NQQ-4225, quando em dado momento, foi surpreendido por um outro veículo, que veio a colidir frontalmente com o requerente.

Em razão do grave acidente em que se vira envolvida, a pobre vítima sofreu lesões de natureza grave, que lhe deixaram sequelas irreversíveis, que modificaram em muito o modo de viver deste (a) postulante, limitando-o (a) completamente.

Por fazer jus à indenização por invalidez prevista na lei 6.194/74, o (a) promovente encaminhou às rés a documentação indispensável à regulação e liquidação do sinistro.

Para a surpresa do promovente, no dia 27/09/2016, este recebeu apenas a informação que não teria direito a nenhuma importância como pagamento da indenização por invalidez do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestre.

**Escritório Fortaleza**

R. Joaquim Felício, nº201, Sala 06, Shopping Cavalcante Plaza Center
 Bairro Messejana, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.840-115
 Fone: (0xx85) 3215-1116
 E-mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Escritório Iguatu

Rua Engenheiro Wilton Correia Lima, N° 9
 Bairro Prado, Iguatu - Ceará, CEP: 63.502-108
 Fone: (0xx88) 3581-1280
 E-mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Ao final da instrução processual, a parte suplicante demonstrará indubitavelmente que a quantia que lhe foi repassada administrativamente não condiz com o grau de invalidez pela mesma apresentado, sendo medida que se impõe o julgamento procedente desta ação, para que as partes promovidas sejam condenadas ao pagamento da complementação a indenização devida ao (a) suplicante.

DO DIREITO

DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestre, conhecido popularmente como Seguro DPVAT, no modelo atual, foi criado pela lei 6.194/74, de 19 de dezembro de 1974.

Tal Seguro tem como finalidade garantir às vítimas de acidente de trânsito importância capaz de ressarcir o dano pessoal causado, levando em consideração o grau de invalidez pela vítima apresentado.

Ao tratar sobre o valor da indenização do Seguro DPVAT, a aludida lei 6.194/74 assim dispõe:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

(...)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e

**Escritório Fortaleza**

R. Joaquim Felício, nº201, Sala 06, Shopping Cavalcante Plaza Center
 Bairro Messejana, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.840-115
 Fone: (0xx85) 3215-1116
 E-mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Escritório Iguatu

Rua Engenheiro Wilton Correia Lima, N° 9
 Bairro Prado, Iguatu - Ceará, CEP: 63.502-108
 Fone: (0xx88) 3581-1280
 E-mail: albeaugadvogados@hotmail.com

incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo.”

No caso em tela, embora o (a) promovente tenha sofrido lesão permanente no (a) MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, em grau máximo, que, consoante tabela gradativa da lei 6.194/74, corresponderia a uma indenização no valor de R\$ 7.087,50, bem como sofreu ainda, lesão permanente no (a) TRAUMATISMO CRANIO ENCEFALICO, em grau máximo, que, consoante tabela gradativa da lei 6.194/74, corresponderia a uma indenização no valor de R\$ 10.125,00, o (a) suplicante não recebeu administrativamente nenhuma quantia, havendo, portanto, saldo integral no valor de R\$ 17.212,50 (dezessete mil duzentos e doze reais e cinquenta centavos) ,em favor do (a) demandante a ser recebido.

Outros órgãos do Poder Judiciário já decidiram pela condenação das promovidas à complementação da indenização do Seguro DPVAT:

LEGISLAÇÃO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPLETA. QUANTIFICAÇÃO DA LESÃO SEGUNDO O GRAU DE GRAVIDADE DAS CONSEQUÊNCIAS. CRITÉRIOS. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. PEDIDO PROCEDENTE EM PARTE.
 1. A Lei nº 6.194/74, com a redação atualmente vigente, dispõe que a invalidez permanente indenizável do seguro obrigatório DPVAT pode ser total ou parcial. Esta última, por sua vez, se subdivide em parcial completa e parcial incompleta. Sendo completa, é feito enquadramento segundo o percentual expressamente indicado na tabela anexa à lei, aplicado sobre o valor máximo de R\$ 13.500,00; sendo incompleta efetua-se a mesma correspondência da tabela, procedendo-se em seguida à redução proporcional nos termos indicados, ou seja, 75% para perdas de repercussão intensa, 50% para as perdas de média repercussão e 25% para as de leve repercussão, adotando-se 10% de acréscimo para o caso de seqüelas residuais. 2. Provado que o segurado foi vitimado por acidente automobilístico e que, em razão dele, experimentou lesão parcial completa, ou seja, que na espécie impõe indenização de 70% (setenta por cento) do capital máximo previsto na Lei nº 6.194/74. (TJ-MG - AC: 10525120038233001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 08/07/2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/07/2015)

**Escritório Fortaleza**

R. Joaquim Felício, nº201, Sala 06, Shopping Cavalcante Plaza Center
 Bairro Messejana, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.840-115
 Fone: (0xx85) 3215-1116
 E-mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Escritório Iguatu

Rua Engenheiro Wilton Correia Lima, N° 9
 Bairro Prado, Iguatu - Ceará, CEP: 63.502-108
 Fone: (0xx88) 3581-1280
 E-mail: albeaugadvogados@hotmail.com

LEGISLAÇÃO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPLETA. QUANTIFICAÇÃO DA LESÃO SEGUNDO O GRAU DE GRAVIDADE DAS CONSEQUÊNCIAS. CRITÉRIOS. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. PEDIDO PROCEDENTE EM PARTE. SENTENÇA MANTIDA. 1. A Lei nº 6.194/74, com a redação atualmente vigente, dispõe que a invalidez permanente indenizável do seguro obrigatório DPVAT pode ser total ou parcial. Esta última, por sua vez, se subdivide em parcial completa e parcial incompleta. Sendo completa, é feito enquadramento segundo o percentual expressamente indicado na tabela anexa à lei, aplicado sobre o valor máximo de R\$ 13.500,00; sendo incompleta efetua-se a mesma correspondência da tabela, procedendo-se em seguida à redução proporcional nos termos indicados, ou seja, 75% para perdas de repercussão intensa, 50% para as perdas de média repercussão e 25% para as de leve repercussão, adotando-se 10% de acréscimo para o caso de seqüelas residuais. EMENTA DO REVISOR: AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. INDENIZAÇÃO. QUANTIFICAÇÃO. Nos termos da Lei 6.194/74, a indenização por invalidez permanente deve ser quantificada de acordo com o grau das lesões permanentes apuradas, observada a tabela publicada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, nos termos do art. 5º, § 5º, da referida lei. (TJ-MG - AC: 10338130019841001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 21/08/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/09/2014)

Assim, levando em consideração que o valor da indenização repassada ao (a) parte suplicante não corresponde ao grau de invalidez pelo (a) mesmo (a) apresentado, requer digne-se Vossa Excelência em julgar inteiramente procedente a presente ação, com a condenação das promovidas ao complemento da indenização da lei 6194/74 devida ao (a) promovente.

DO PEDIDO

Por tudo o que foi exposto e por tudo o mais que há em Direito, reque o (a) suplicante:

- Pela concessão dos beneplácitos da assistência judiciária gratuita, assegurando o legítimo acesso à justiça à parte suplicante, independentemente do pagamento de despesas processuais;

**Escritório Fortaleza**

R. Joaquim Felício, nº201, Sala 06, Shopping Cavalcante Plaza Center
 Bairro Messejana, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.840-115
 Fone: (0xx85) 3215-1116
 E- mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Escritório Iguatu

Rua Engenheiro Wilton Correia Lima, N° 9
 Bairro Prado, Iguatu - Ceará, CEP: 63.502-108
 Fone: (0xx88) 3581-1280
 E- mail: albeaugadvogados@hotmail.com

- Sejam as promovidas citadas via postal para, na forma e sob as advertências legais, querendo, responderem à presente ação, sob pena de revelia;

- A ATRIBUIÇÃO DE PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO AO PRESENTE PROCESSO, POR TRATAR-SE DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA;

- Em respeito ao Artigo 319, inciso VII, a parte promovente manifesta o desinteresse pela realização de audiência conciliatória, a este momento, tendo em vista que não vislumbra a possibilidade de composição amigável entre as partes sem sua prévia submissão a perícia médica, e por, este (a) postulante residir em comarca que dista desta aonde tramita o feito.

- Por derradeiro pugna pela inclusão deste processo em mutirão próprio para resolução de ações que versem sobre seguro DPVAT;

- Ao final do processo decisório, seja a presente julgada inteiramente procedente, com a condenação das promovidas ao pagamento da importância de **R\$ 17.212,50 (dezessete mil duzentos e doze reais e cinquenta centavos)**, em favor da parte suplicante, referente à complementação da indenização por invalidez do seguro DPVAT devida à mesma, quantia esta a ser CORRIGIDA MONETARIAMENTE E ACRESCIDA DE JUROS MORATÓRIOS DESDE O EVENTO DANOSO;

- A condenação das promovidas ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, ex vi legis.

**Escritório Fortaleza**

R. Joaquim Felício, nº201, Sala 06, Shopping Cavalcante Plaza Center
 Bairro Messejana, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.840-115
 Fone: (0xx85) 3215-1116
 E- mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Escritório Iguatu

Rua Engenheiro Wilton Correia Lima, N° 9
 Bairro Prado, Iguatu - Ceará, CEP: 63.502-104
 Fone: (0xx88) 3581-1280
 E- mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em Direito admitidos e tidos como lícitos, em especial, pela produção de prova pericial sobre o (a) autor (a), apresentando desde já o rol de quesitos:

- As sequelas apresentadas pelo (a) autor (a) são compatíveis com as decorrentes de acidente de trânsito?
- As sequelas apresentadas pelo (a) promovente são de caráter irreversível?
- Que membro/função/órgão do autor apresentam limitação em decorrência do acidente descrito na Inicial?
- Qual o grau de invalidez apresentado pelo (a) demandante?
- A limitação pode ser nominada como leve, moderada ou grave?

REQUER QUE QUALQUER NOTIFICAÇÃO REFERENTE AO PRESENTE SEJA REALIZADA EXCLUSIVAMENTE EM NOME DA BELA. EURIJANE AUGUTO FERREIRA, OAB-CE 16.326, SOB PENA DE NULIDADE.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 17.212,50 (dezesete mil duzentos e doze reais e cinquenta centavos).**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Fortaleza-CE, 13 de dezembro de 2016.

EURIJANE AUGUSTO FERREIRA

OAB-CE 16.326

LÍGIA SAMARA ALBUQUERQUE PINTO

OAB-CE 22.902

DIEGO VICTO LOBO SILVEIRA

OAB-CE 25.815

JOÃO RICARDO PINHO

**Escritório Fortaleza**

R. Joaquim Felício, nº201, Sala 06, Shopping Cavalcante Plaza Center
Bairro Messejana, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.840-115
Fone: (0xx85) 3215-1116
E- mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Escritório Iguatu

Rua Engenheiro Wilton Correia Lima, N° 9
Bairro Prado, Iguatu - Ceará, CEP: 63.502-1084
Fone: (0xx88) 3581-1280
E- mail: albeaugadvogados@hotmail.com

OAB-CE 33.315



**Escritório Fortaleza**

R. Joaquim Felício, nº201, Sala 06, Shopping Cavalcante Plaza Center
 Bairro Messejana, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.840-115
 Fone: (0xx85) 3215-1116
 E-mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Escritório Iguatu

Rua Engenheiro Wilton Correia Lima, Nº 9
 Bairro Prado, Iguatu - Ceará, CEP: 63.502-105
 Fone: (0xx88) 3581-1280
 E-mail: albeaugadvogados@hotmail.com

PROCURAÇÃO PARA A CLÁUSULA AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTES: CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO, brasileira, solteiro, estudante, portador do RG número 2015208028-1, SSP-CE, inscrito no CPF sob o nº 082.682.413-73, neste ato assistido por sua genitora **ESPEDITA NOGUEIRA DE SOUZA**, brasileira, portadora do RG número 2016063849-0, SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 956.266.623-91 ambos residentes e domiciliados no Sítio Maurícia, S/N, Canabrava, Cariús – Ceará, CEP: 63530-000.

OUTORGADOS: EURIJANE AUGUSTO FERREIRA, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº16.326; **LÍGIA SAMARA ALBUQUERQUE PINTO**; brasileira, casada, inscrita na OAB/CE sob o nº. 22.902, **DIEGO VICTOR LOBO SILVEIRA**, inscrito na OAB/CE sob nº 25.815 e **JOÃO RICARDO PINHO**, brasileira, solteiro, inscrito na OAB/CE sob o nº 33.315 todos com endereço profissional situado à Rua Joaquim Felício, nº 201, sala 06, Shopping Cavalcante Plaza Center, Messejana, Fortaleza/CE, CEP 60.840-115 e/ou Rua Engenheiro Wilton Correia de Lima, Nº 9, Prado, Iguatu – Ceará, CEP: 63.502-105.

PODERES: Para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 da Lei 13.105/2015 Código de Processo Civil, e os especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre a qual se funda a ação, receber, dar quitação, recorrer, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, receber intimações, renunciar, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo operar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, bem como os especiais para transigir, receber e dar quitação.

Para que surta seus legais e jurídicos efeitos, ao final, subscrevem os outorgantes.

Fortaleza/CE, 13 de Dezembro de 2016.

Cicero Jefferson Souza Lourenço

Espedita Nogueira de Souza

**Escritório Fortaleza**

R. Joaquim Felício, nº201, Sala 06, Shopping Cavalcante Plaza Center
 Bairro Messejana, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.840-115
 Fone: (0xx85) 3215-1116
 E-mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Escritório Iguatu

Rua Engenheiro Wilton Correia Lima, Nº 9
 Bairro Prado, Iguatu - Ceará, CEP: 63.502-140
 Fone: (0xx88) 3581-1280
 E-mail: albeaugadvogados@hotmail.com

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO, brasileira, solteiro, estudante, portador do RG número 2015208028-1, SSP-CE, inscrito no CPF sob o nº 082.682.413-73, neste ato assistido por sua genitora **ESPEDITA NOGUEIRA DE SOUZA**, brasileira, portadora do RG número 2016063849-0, SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 956.266.623-91 ambos residentes e domiciliados no Sítio Mauricia, S/N, Canabrava, Cariús – Ceará, CEP: 63.530-000, declaro perante a Justiça do Estado Ceará que sou pobre nos termos da Lei 1.060/50, não podendo dispor de recursos para arcar com as despesas que por ventura possam decorrer deste processo sem comprometer minha digna sobrevivência, responsabilizando-me civil e penalmente por esta declaração, nos termos da lei 7.115/83

Para que surta seus legais e jurídicos efeitos, ao final, firmo a presente.

Fortaleza/CE, 13 de Dezembro de 2016.

Cicero Jefferson Souza Lourenço

Esperedita Nogueira de Souza

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG número 2015208028-1, SSP-CE, inscrito no CPF sob o nº 082.882.413-73, neste ato assistido por sua genitora ESPEDITA NOGUEIRA DE SOUZA, brasileira, portadora do RG número 2016083848-0, SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 956.266.623-91 ambos residentes e domiciliados no Sítio Manicás, SN, Canabrava, Caiçás - Ceará, CEP: 83.530-000, declaro perante a Justiça do Estado do Ceará que sou pobre nos termos do art. 1.040, III, do Código de Processo Civil, não podendo dispor de recursos para arcar com as despesas que porventura possam decorrer deste processo sem comprometer minha digna sobrevivência, responsabilizando-me civil e penalmente por esta declaração, nos termos da lei 7.112/83.

Para que surta seus legais e jurídicos efeitos, ao final, firmo a presente.
Fortaleza/CE, 13 de Dezembro de 2018.

Cicero Jefferson Souza Lourenço
Assinado digitalmente

PROIBIDO PLASTIFICAR

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
DIREÇÃO DE REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO

assinado digitalmente por EURJANE AUGUSTO FERREIRA



Polegar Direito



CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 2015208028 - 1

DATA DE EMISSÃO 22/12/2015

NOME CÍCERO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO

FILIAÇÃO CÍCERO CORREIA LOURENÇO

ESPEDITA NOGUEIRA DE SOUZA

NATURALIDADE CARIÚS - CE

DATA DE NASCIMENTO 23/09/1999

DOC. ORIGIN CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: SEDE TENHO: 6659 FOLHA: 143 LIVRO: A-36 CARIÚS - CE

CNP 082.682.413-73

1 VIA

Assinado digitalmente por EURJANE AUGUSTO FERREIRA

LEI Nº 7.116 DE 20/04/83

P.: 135



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **082.682.413-73**

Nome da Pessoa Física: **CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENCO**

Data de Nascimento: **23/09/1999**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **16/12/2015**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **11:30:23** do dia **29/11/2016** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **C420.4EAD.7AC0.A2DA**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO, RG nº 2015208028-1 data de expedição 22/12/2015, Órgão SSP/CE, CPF nº 082.682.413-73 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	Sítio Mauricia
Número	s/n
Apto / Complemento	
Bairro	Canabrava
Cidade	Cariús
Estado	Ceará
CEP	63.530-000
Telefone de Contato	(88) 3581-1280 / 3581-1699
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Iguatu/CE, 27 de janeiro de 2016.

Assinatura do Declarante: Cicero Jefferson Souza Lourenço

Expedita Nogueira de Souza

RECIBO CLIENTE

793263-4

Ins. INSS: pelo Lei nº 10.438,
de 26 de abril de 2002.

Rua Padre Valdevino, 150
CEP 62135-040 Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 CGF 06.105.843-3

ccelce

fls. 15

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - CATEGORIA 4 - SERVIÇO 1

Rota 37 12045 10 039000 - 3 Data de Emissão 21/11/2015

Nome JOAO EVANTUIL FERNANDES LUNA

End. Postal ST MAURICIA 00000
CANABRAVA - CARIUS - 63530000

Medidor 2686590

Poste 0000 0000

Classe 04-RURAL TRIFASICO

Fator de Potência 0,00

RG / CPF / CNPJ 020766243-68

CGF

Nome do Responsável

Vista a ler no verso desta conta.

Conjunta ICJMTU
Mês Set/2015 EUSD 51,32

Padrão Individual
Apuração Individual

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor do Imposto	DIC	FIC	DMIC
ISENTO			10,73	7,67	5,78
			21,46	15,34	
			42,92	30,69	
			3,01	2,00	
			3,01	2,00	
			3,01	2,00	

0000.245E.31+0.857F.9590.7996.BE7B.9252

Med. Anterior	Med. Atual	Const. C	Consumo (kWh)	Const. Incl.	Const. Falt.	Tarifa (R\$/kWh)	Valor (R\$)
36641	36209	1,00	433	0,00	433	0,36645	153,90
21/11/15	22/10/15		30 DIAS		433		153,90

VALOR CONSUMO DO MES 153,90
MULTA MORATORIA REF 08/2015 2,86
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES (R\$ 20,51)

VENCIMENTO 05/01/2016 TOTAL A PAGAR (R\$) 156,76

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

Energia	99,68
Transmissão	2,00
Distribuição	30,86
Encargos Setoriais	5,55
Tributos (ICMS PIS-COFINS)...	7,74
TOTAL	153,90

COMPARAÇÃO DE EMISSÃO DE GASES DE EFEITO DE CASA VERDE

Emissão kg(CO ₂)	Consumo kg(CO ₂)	Consciência Ecológica (1% CO ₂)
187,14	0,00	0

Informações importantes e avisos de vencimento

Estamos expandindo o canal WhatsApp e por isso temos novos números para contato por celular. Para consultar os números acesse nossa site - www.ccelce.com.br

A CCELCE AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.

Conta desta fatura R\$ 7,74 referente a PIS e COFINS.

Art. 9º Lei. 109/2005 - INCEL e 1-16 de 10-07-02 e 10-07-03

Caro Cliente, constam quitadas as faturas de consumo de energia elétrica desta unidade consumidora vencidas até 31/12/2014, conforme a Lei N. 12.007/2009. Esta declaração substitui quitações anteriores.

Nº do Cliente: 793263-4 Referência: Nov/2015
Data de Emissão: 21/11/2015 Total a Pagar (R\$): 156,76
Nº da Nota Fiscal: 409778658 Nº de Controle: 0000793263 00495 39772 48


8384000001-4 56760031000-3 00007932630-7 04953977266-9



PROIBIDO PLASTIFICAR

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIAS BIOMÉTRICAS



Assinatura do Titular
Francisca Nogueira de Souza

Carteira de Identidade

Polegar Direito



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2016063849 - 0

DATA DE EXPEDIÇÃO 26/02/2016

NOME ESPEDITA NOGUEIRA DE SOUZA

PLACAO DIONIZIO GOMES DE SOUZA

NATURALIDADE FRANCISCA NOGUEIRA DE SOUZA

CARIUS - CE

DATA DE NASCIMENTO 10/05/1976

DOC. ORDEM

CERT. CASAMENTO - CARTÓRIO: 1 E 2 OFÍCIO TERMO: 676 FOLHA: 77

LIVRO: 8-11 CARIUS - CE

CPF: 956.266.623-91

RG: ANT: 2847711-94

P.: 135

Assinatura do Diretor
Roberto de Souza

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

Nº do Sinistro	Seguro Obrigatório Dpvt - Protocolo de Recepção de Documentos INVALIDEZ PERMANENTE	 Fenaseg Central Dpvt 0800-221204 www.dpvtseguro.com.br
Nº do Protocolo		

QUALIFICAÇÃO DO EVENTO

Data do Acidente 01/11/15	Vítima RICKO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO
CPF 052 682.415-73	Seguradora LIPAR 705 CONSORCIOS DPVT

QUALIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome RICKO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO	<input checked="" type="checkbox"/> Vítima <input type="checkbox"/> Representante Legal
Endereço para Correspondência SÍTIO MAURICIA	
nº S/N Complemento	Bairro CANADARAUA
Cidade CARUI	UF CE CEP 62.570-000 Telefone para contato 88 7581.1280

Preencha com ☒ para documentação entreguePreencha com ☐ para documentação faltante**TIPO DE DOCUMENTO****DOCUMENTOS BÁSICOS**

- ☒ Registro da Ocorrência, expedido pela autoridade policial
- ☒ Identidade / RG ou Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou CTPS ou Carteira Nacional de Habilitação da vítima
- ☒ CPF da vítima
- ☒ Comprovante de residência da vítima
- ☒ Autorização de Pagamento / Crédito de Indenização (preencher modelo anexo)

Em caso de vítima com até 16 anos, também deverão ser apresentados os documentos pessoais do responsável legal.

DOCUMENTOS DA VÍTIMA

- ☒ Laudo do Instituto Médico Legal - IML, qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima
- ☐ Na falta do laudo do IML, documento da Secretaria de Segurança Pública, informando a inexistência do IML na localidade do evento
- ☐ Termo de Curatela, no caso de alienação mental
- ☐ Alvará Judicial (se for o caso)

REPRESENTANTE LEGAL - se houver

- ☐ Procuração
- ☒ Identidade / RG ou Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento ou CTPS ou Carteira Nacional de Habilitação do procurador
- ☒ CPF
- ☐ Comprovante de residência

ATENÇÃO

- O processo de avaliação sobre o pagamento da indenização ou reembolso ocorrerá somente após a apresentação de todos os documentos e desde que eles estejam em conformidade com a legislação vigente, quando iniciará o prazo para pagamento da indenização, que é de até 30 dias.
- Se outros documentos forem solicitados, o prazo de 30 dias - previsto para pagamento - será interrompido.

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

Data ____ / ____ / ____

Nome _____

Identidade _____

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA

☐ Documentação recebida sem conferência

Data ____ / ____ / ____

Nome _____

Identidade _____



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO _____

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO, PORTADOR (A) DA RG Nº 2015208028-1 EXPEDIDO POR SSP/CE EM 22/12/2015 E CPF 082.682.413-73 /CNPJ _____, PROFISSÃO Estudante E RENDA MENSAL DE R\$ 0,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL www.receita.fazenda.gov.br), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº DO BANCO _____ Nº DA AGÊNCIA (com dígito, se existir) _____ Nº DA CONTA (com dígito, se existir) _____

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONOMICA FEDERAL)

Nº DO BANCO 001 Nº DA AGÊNCIA (com dígito, se existir) 4050-9 Nº DA CONTA (com dígito, se existir) 12.766-3

DECLARO QUE A CONTA ACIMA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

IGUATU/CE, 02/09/2016

LOCAL E DATA

Cicero Jefferson Souza Lourenço
ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO



ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago aos legítimos beneficiários, obedecendo à legislação vigente na data do acidente); indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.

- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.

01/09/2016 - BANCO DO BRASIL - 15.05,54
012271106 0701

OUVIDORIA BB 0800 729 5678
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA
POUPANCA PARA POUPANCA

CLIENTE: VERIDIANA ALCANTARA LAVOR

=====

AGENCIA: 0122-8	CONTA: 31.019-0	VAR: 51
INFORMACOES DO DEBITO:		
TOTAL DEBITADO NA VARIACAO: 51		0,10

=====

VALOR TOTAL	0,10
-------------	------

***** TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: JEFFERSON SOUZA LOURENCO

AGENCIA: 4050-9	CONTA: 12.766-3
-----------------	-----------------

VARIACAO DA POUPANCA	51
----------------------	----

NR. DOCUMENTO	224.050.510.012.766
---------------	---------------------

=====

NR. AUTENTICACAO	6.E73.558.308.E91.077
------------------	-----------------------

Creditos a partir de 04/05/2012 estao
disciplinados pela MP. 567/2012.

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informações.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
 SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
 POLÍCIA CIVIL
 DELEGACIA REGIONAL DE IGUATU



BOLETIM DE Ocorrência Nº 479 - 3009 / 2016

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
 Data / Hora da Comunicação: **29/06/2016 15:15:29**
 Data / Hora da Ocorrência: **01/11/2015 21:21:00**
 Endereço da Ocorrência: **SITIO QUIXOÁ DOS LOPES**
 Complemento:
 Bairro:
 Ponto de Referência: **Município: IGUATU/CE**

Dados da(s) Vítima(s)

Nome: **CICERO JEFERSON SOUZA LOURENÇO**
 Nascimento: **23/09/1999** CPF:
 RG : Orgão Emissor: UF:
 Filiação: **ESPEDITA NOGUEIRA DE SOUZA**
CICERO CORREIA LORENÇO
 Endereço: **SITIO MAURICIA**
 Bairro: **ZONA RURAL** CEP:
 Município: **CARIUS/CE**
 País: **BRASIL** Telefone: **(88) 99742-6407**

Histórico

BO PARA EXPEDIÇÃO DE GUIA DE EXAME DE CORPO DE DELITO, AFIRMA A VITIMA QUE CAIU DE MOTO.

Compareceu a esta delegacia o DECLARANTE, nesta data e informado das penalidades de falsa comunicação de crime e contravenção penal, Art 340, informou que no local e horário supracitado, trafegava na moto: HONDA/ CG, 150,FAN, ESDI, ANO FAB/ MOD: 2014/2014, COR: VERMELHA, PLACA:NQQ-4225/CE, CHASSI: 9C2KC16BOER54556,RENAVAM: 1008188511, estando a moto no nome: ANTONIO CARMO LEDO.Que trafegava de garupeiro, quando a moto: HONDA/NXR, 150 BROS.ES, PLACA: NQQ-4245/CE; Que houve a colisão frontal entre as duas motos; Que foi socorrido pelo seu pai até o Hospital Regional Iguatu e sendo atendido pelo DR. FRANCISCO DO CARMO, que logo em seguida foi transferido para o Hospital municipal de Cariri, segundo o laudo do médico teve, traumatismo craniano sendo feito uma cirurgia, quebrou o fêmur e fratura exposta na perna esquerda;Que veio registrar o fato para dar entrada no seguro DPVAT. Vale salientar que as informações prestadas são de inteira responsabilidade de DECLARANTE.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE IGUATU

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :

ROBÉRIO GOMES DO SANTOS - MAT.: 300074-1-7

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

VISTO DO DELEGADO(A) :

JERFFISON PEREIRA DA SILVA - MAT.: 198810-1-6

DELEGACIA REGIONAL DE IGUATU

Pág. 1 de 2

Impresso em: 30/06/2016 11:00:42

x Espedita noqueira de souza



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Secretaria da Segurança Pública
e Defesa Social

Perícia Forense do Estado do Ceará - PEFOCE

Coordenadoria de Medicina Legal - COMEL

Núcleo de Perícias Odontológicas de Iguatu

Registro N. **637297 / 2016**

Digitacao: 22/08/2016 (JAQUELINE.SILVA)

Livro: 37 Página:101

Enviar para **DELEGACIA REGIONAL DE IGUATU**

EXAME SEGURO DPVAT

Em 13 de julho de 2016, nesta cidade de Iguatu, e nas dependências do Núcleo de Perícias Odontológicas de Iguatu, por Dr. Renato Evando Moreira Filho foi designado o perito:

IVELINE DE LIMA FELIX

CREMEC Nº: 14729

Para proceder a exame de corpo de delito (SEGURO DPVAT) em

CICERO JEFERSON SOUZA LOURENCO

a fim de ser atendida a requisição de nº 876 / 2016, emitida pelo (a) **DELEGACIA REGIONAL DE IGUATU** descrevendo com a verdade e com todas as circunstâncias, o que encontrar, descobrir e observar, e em responder aos quesitos formulados:

Em consequência, às 09:49 hs de 13/07/2016 passou o perito a fazer o exame ordenado e as investigações que julgou necessárias, findo os quais declara:

HISTÓRICO: Periciado comparece para exame e relata que sofreu acidente de trânsito no dia 01/11/2015. Traz consigo cópia da ficha de referência do Hospital Regional do Iguatu com a seguinte justificativa de atendimento: "TCE grave, fratura exposta". Traz consigo cópia do prontuário de atendimento médico realizado no dia 02/11/2015 à 01h12min, no Hospital Regional do Cariri, no município de Juazeiro do Norte/CE, sendo assistido pelo médico Dr. Antônio Ednardo de Souza, CRM/CE 10.360, com a seguinte justificativa de atendimento: "Paciente vítima de acidente de moto com trauma em crânio em região frontal esquerda e lesão sangrante com exposição óssea em MIE". Traz consigo cópia do relatório cirúrgico realizado no dia 02/11/2015, no Hospital Regional do Cariri, no município de Juazeiro do Norte/CE, sendo assistido pelo médico Dr. Iuri Araújo Honcy, com a seguinte descrição cirúrgica: "Tratamento cirúrgico de hematoma extradural; reconstrução craniana". Traz consigo cópia do laudo de Tomografia Computadorizada do crânio realizada no dia 04/11/2015, assinado pelo médico Radiologista Dr. José Célio Couto Vasconcelos, CRM/CE 13.064, com a seguinte impressão diagnóstica: "Craniectomia frontal esquerda com reposição óssea. Cateter frontal esquerdo bem posicionado. Resolução do hematoma epidural frontal esquerdo. Redução do desvio das estruturas da linha média. Hemorragia subaracnoidea frontal esquerda residual. Pneumoencéfalo associado a procedimento cirúrgico prévio. Fraturas craniofaciais". Traz consigo cópia do laudo de Tomografia Computadorizada da face realizada no dia 04/11/2015, assinado pelo médico Radiologista Dr. José Célio Couto Vasconcelos, CRM/CE 13.064, com a seguinte impressão diagnóstica: "Fratura-luxação do côndilo mandibular esquerdo. Mastoidites hipopneumatizadas e escleróticas com acúmulo de material em seu interior". Traz consigo cópia de relatório de internação hospitalar no dia 16/11/2015, no Hospital Regional do Cariri, no município de Juazeiro do Norte/CE, sendo assistido pelo médico Dr. Francisco Bruno Celão Cabral, Ortopedista e Traumatologista, TEOT 13.212, com a seguinte justificativa de atendimento: "Hemorragia epidural. Fratura do crânio e dos ossos da face. Fratura do fêmur". Traz consigo cópia de relatório de cirurgia do dia 23/11/2015, no Hospital Regional do Cariri, no município de Juazeiro do Norte/CE, sendo assistido pelo médico Dr. Samir Samaan Filho, Ortopedista e Traumatologista, com a seguinte justificativa de atendimento: "Tratamento cirúrgico de fratura intercondileana". Traz consigo cópia de Ressonância magnética do encéfalo, realizada no dia 24/11/2015, emitido pelo médico Radiologista Dr. Haroldo Lucena Miranda Filho, CRM/CE 10.485, com a seguinte impressão diagnóstica: "Craniectomia frontal esquerda com reposição óssea. Fraturas craniofaciais que deverão ser melhor avaliadas com estudo tomográfico. Não foram identificadas contusões encefálicas agudas ou coleções extra-axiais. Hipófise de topografia, morfologia e dimensões normais ao estudo sem contraste". Traz consigo cópia de Ressonância magnética da hipófise, realizada no dia 05/01/2016, emitido pela médica Radiologista Dra. Débora Vianna dos Santos, CRM/CE 12.464, com a seguinte impressão diagnóstica: "Neurohipófise não individualizada no presente estudo. Adenohipófise bem configurada, de volume, contornos e intensidade de sinais normais, impregnando-se uniformemente pela substância contrastante. Haste hipofisária centrada e de espessura normal. Quiasma óptico de morfologia, espessura e intensidade de sinal habituais. Seios cavernosos e cisterna supra-selar sem alterações". Traz consigo cópia de atestado médico emitido no dia 17/05/2016 pelo médico Endocrinologista Dr. Rogério S. Couras de Carvalho, CRM/CE 7.489 com o seguinte: "Atesto para os devidos, que o paciente Cícero Jeferson Souza Lourenço, 16 anos e portador de diabetes insipidus central (pós-traumatismo craniano). O acompanhamento clínico é realizado periodicamente, onde se é solicitado vários exames, para avaliação da eficácia terapêutica. O tratamento medicamentoso é feito com o uso de DDAVP, 0,2mg 02x ao dia. O acompanhamento e o tratamento



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Segurança Pública
e Defesa Social

Perícia Forense do Estado do Ceará - PEFOCE

Coordenadoria de Medicina Legal - COMEL
Núcleo de Perícias Odontológicas de Igatu

Continuação do laudo N. 637297 / 2016 Livro 37 Pagina 101 Data 13/07/2016

medicamentoso devem ser realizados por um período de tempo indeterminado. O paciente apresenta severas limitações físicas, de cunho ortopédico, para exercer quaisquer atividades laborais". AO EXAME: apresenta (lesão 1) cicatriz cirúrgica extensa em terço distal e face anterior da coxa esquerda; (lesão 2) cicatriz cirúrgica extensa em joelho esquerdo; (lesão 3) cicatriz cirúrgica extensa em terço distal e face lateral da coxa esquerda; (lesão 4) atrofia muscular do membro inferior esquerdo; (lesão 5) bloqueio articular do joelho esquerdo; (lesão 6) cicatriz e afundamento craniano frontal à esquerda; (lesão 7) cicatriz cirúrgica em crista ilíaca esquerda, compatível com retirada cirúrgica de enxerto ósseo.

RESPOSTA AOS QUESITOS

PRIMEIRO - Houve lesão de origem externa, com possível nexa causal e temporal, relacionada ao acidente de trânsito alegado?

Sim;

SEGUNDO: Localização e quantificação dos danos corporais permanentes, na conformidade do art. 3º ou do anexo da Lei 6194/74.

PERDA FUNCIONAL COMPLETA DE UM DOS MEMBROS INFERIORES.

Nada mais havendo a registrar, encerro este laudo que, depois de lido e achado conforme, assino.

IVELINE DE LIMA FELIX
CREMEC Nº. 14729

SELO DE AUTENTICIDADE
GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ

AA062124

Hospital Regional do Piauí Dr. Manoel Batista de Oliveira <small>Atendimento à Saúde</small>	FICHA DE REFERÊNCIA	 SUS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
--	----------------------------	--

Lucio Jefferson Lima da Silva

Unidade de Origem: _____	Município: _____
Distrito Sanitário: _____	

Sexo: M () F ()	Idade: _____	Ocupação: _____	Bairro: _____
Endereço: _____			

Motivo do Encaminhamento:	<i>fratura exposta</i>		
Resultado de Exame:	<i>exame físico</i>		
Conduta já Realizada:	<i>anestesia, limpeza, curativo</i>		
Assinatura do Encaminhante (registro)	Função	Data	Hora
<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>	<i>11/11</i>	<i>21:21</i>

AGENDAMENTO			
Encaminhamento para atendimento: Ambulatorial () Hospitalar () Auxílio Diagnóstico ()			
Procedimento: _____		Profissional: _____	
Unidade de Referência: _____	Data: ____/____/____	Hora: ____:____	

FICHA DE CONTRA REFERÊNCIA			
Nome do Paciente: _____			
Unidade de Referência: _____			
Município: _____	Prontuário Nº: _____	Alta: ____/____/____	

Resumo Clínico/Cirúrgico			
Resumo dos Exames			
Diagnóstico: Principal			
Secundário 1		CID	
Secundário 2		CID	
Conduta Realizada			
Proposta de Conduta para Seguimento			
O problema justifica a referência? Sim () Não ()			
O motivo da referência coincide com o diagnóstico? Sim () Não ()			
			Data: ____/____/____
Assinatura do Consultante - Nº registro		Função	

FICHA DE ATENDIMENTO

IDENTIFICAÇÃO PACIENTE/CADASTRO

Nome: CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENCO Prontuário: 125045 Admissão: 02/11/2015
Data Nasc.: 23/09/1999 Idade: 16 ano(s) 1 mes(es) e 9 dia(s) Telefone: 88 97426407
Mãe: ESPEDITA NOGUEIRA DE SOUZA
Sexo: Masculino RG: Município: CARIUS
CEP: Bairro: ZONA RURAL
Endereço: SÍTIO MAURICIA

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Risco: LARANJA Classificador: ANA QUITERIA GONCALVES AQUINO Horário: 01:12
Queixa: PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO COM TRAUMA EM CRANIO EM REGIÃO FRONTAL ESQUERDA
E LESÃO SANGRANTE COM EXPOSIÇÃO OSSEA EM MIE
Fluxograma: TRAUMA MAIOR
Discriminador: Mecanismo de trauma significativo
Sato02: Glasgow: 15 Temp.: Glicemia: Régua: Pulso/FC:

ATENDIMENTO

Médico: ANTONIO EDNARDO DE SOUZA CRM: 10360 Nº 296127 P.A.:
Acidente: Sim Agressão: Não Peso:
Eixo: REANIMACAO
Hipótese Diagnóstica: ACIDENTE DE TRANSPORTE NAO ESPECIFICADO
Comorbidade:
HDA/Exame Físico:
TRANSFERIDO DA CIDADE DE IGUATU COM HISTÓRIA DE QUEDA DE MOTO COM TCE E FRATURA EXPOSTA DE JOELHO ESQUERDO. AO EXAME: VIA AÉREA PÉRVIA, EUPNEICO, MVU SRA, HIPOCORADO, FC=135, PA=90X60, GLASGOW=11, ABDOME PLANO, FLÁCIDO. MIE COM TALA GESSADA E COM SINAIS DE SANGRAMENTO FERIDA CONTUSA EM LÁBIO INFERIOR.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Data	Fluxograma	Discriminador	Risco	Profissional
02/11/2015 01:12:00	TRAUMA MAIOR	Mecanismo de trauma significativo	LARANJA	ANA QUITERIA GONCALVES AQUINO

EXAME

Nome	Data Solicitação	Urgente	Situação
RX BACIA AP (0204060095)	02/11/201 02:23	Não	Pendente
RX TORAX (LEITO) (0204030170) => REX	02/11/201 02:23	Não	Pendente
RX PERNA E AP/P (0204030168)	02/11/201 02:23	Não	Pendente
RX COLUMA CERVICAL AP/LATERAL (0204020034)	02/11/201 02:23	Não	Pendente
TC CRANIO SEM CONTRASTE (0206010079)	02/11/201 02:31	Não	Pendente
RX FEMUR E AP/P (0204030117)	02/11/201 02:23	Não	Pendente

EXAME

Nome	Data Solicitação	Urgente	Situação
RX JOELHO E AP/P (0204060125)	02/11/201 02:23	Não	Pendente
US ABDOMINAL TOTAL (0206020046)	02/11/201 02:23	Não	Pendente
HEMOGRAMA COMPLETO - REX (0202020310)	02/11/201 02:34	Não	Pendente

PRESCRIÇÃO

Médico: ANTONIO EDNARDO DE SOUZA

CRM: 10360

02/11/15 02:24

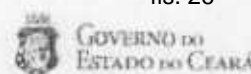
Prescrição	Horário:
SSVV E CCGG	On
MONITORIZAÇÃO CARDÍACA E OXIMETRIA DE PULSO	On
PROVIDENCIAR EXAMES	
RESERVAR 03 CONCENTRADOS DE HEMÁCEAS	
AValiação DO TRAUMATOLOGISTA	
S RINGER LACTATO 2000ML EV 56GTS/MIN	1P 2F 3F 4F
DIETA ZERO	On

EVOLUÇÃO

Data Cadastro	Usuário Cadastro	Descrição
---------------	------------------	-----------

ENCAMINHAMENTO - CONDUITA FINAL

☐ Alta Conduta
 ☐ Observação
 ☐ Referência para:
 ☐ Óbito



RELATÓRIO MÉDICO

Paciente: CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO	Prontuário: 125045
Endereço: SÍTIO MAURÍCIA	Idade: 16 ano(s) 2 mes(es) e 3 dia(s)
Bairro: ZONA RURAL	UF: CEARÁ Sexo: Masculino
CEP: 63530-000	Cidade: CARIUS

Localização		
Clinica: TRAUMATO-	Enfermaria: 02	Leito: 408
Internação 16/11/2015	19:02 Alta: * Não Informado *	* Não Informado

Relatório	Cancelada
Tipo de Saída: Alta	Não

Resumo Clínico

PACIENTE ADMITIDO PARA TRATAMENTO CIRURGICO. DEPRADO SEM INTERCORRENCIAS, RECEBE ALTA MELHORADO

Exames Realizados

RX DE FEMUR ESQ

Terapêutica Utilizada

OS OSSINTESE COM PLACA E PARAFUSOS

Diagnóstico

S064 - HEMORRAGIA EPIDURAL

DIAGNÓSTICOS

Principal	Código	Descrição
Sim	S064	HEMORRAGIA EPIDURAL
Não	S02	FRATURA DO CRANIO E DOS OSSOS DA FACE
Não	S72	FRATURA DO FEMUR

Condições de Alta

Melhorado

Data Programada da Alta: 26/11/2015

Observações Complementares

RETORNAR AO AMBULATORIO DA ORTOPEDIA DE DR.SAMIR EM 15 DIAS(AGENDAR NO NAC)

NÃO REALIZAR CARGA EM MIE

INICIAR FISIOTERAPIA

Responsável

Médico: FRANCISCO BRUNO CELIAO CABRAL

Data: 26/11/2015

Francisco Bruno Celiao
Ortopedia / Traumatologia
CRM-PE 16.420 - CRM-CE 12245
TEOT 73 212

Agendamento		
Data:	Data:	Data:
Hora:	Hora:	Hora:
Código	Código	Código

Relatório de Cirurgia

Paciente: CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO

Prontuário: 125045

Clínica: CENTRO CIRURGICO

Enfermaria: Sala Cirurgica

Leito: 03G

Cirurgião: IURI ARAUJO HONCY

Anestesiologia: ** Não Informado **

1º Auxiliar:

2º Auxiliar:

Enfermeiro:

Instrumentador:

Circulante:

Procedimentos Propostos

Código	Descrição	Principal
0403010276	TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA EXTRADURAL	S
0403010144	RECONSTRUCAO CRANIANA / CRANIO-FACIAL	N

Procedimentos Realizados

Código	Descrição	Principal
0403010276	TRATAMENTO CIRURGICO DE HEMATOMA EXTRADURAL	S
0403010144	RECONSTRUCAO CRANIANA / CRANIO-FACIAL	N

Diagnóstico pré-operatório:

** Não Informado **

Relatório Imediato do Patologista:

** Não Informado **

Exame Radiológico:

** Não Informado **

Acidentes e Incidentes:

** Não Informado **

Contagem Compressas e Instrumental:

** Não Informado **

Anestesia | Ocorrências Principais:

** Não Informado **

Relatar as Causas que Justifiquem a Longa Duração da Cirurgia:

** Não Informado **

Grau de Contaminação: Potencialmente Contaminada

Tipo de Anestesia: Geral

Dr. Iuri Araújo Honcy
Cirurgião / Cirurgião de Cabeça e Pescoço
CRM - 10.000.000-0 / 10.000.000-0

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EURIJANE AUGUSTO FERREIRA e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 05/01/2017 às 00:00, sob o número 01005636420178060001. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0100563-64.2017.8.06.0001 e código 27D9D67.

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

VIA DE ACESSO - TÉCNICA - TÁTICA - LIGADURAS - DRENAGEM - SUTURAS - MATERIAL EMPREGADO - ASPECTOS DAS VÍSCERAS

ANESTESIA GERAL
 PCTE EM DECÚBITO DORSAL
 ANTISSEPSIA + CAMPOS CIRÚRGICOS
 INCISÃO PTERIONAL ESQUERDA
 DISSECÇÃO POR PLANOS
 CRANIOTOMIA FRONTAL ESQUERDA
 DRENAGEM DE HEMATOMA EXTRADURAL
 ANCORAMENTO DE DURA-MÁTER COM PROLENE 4.0
 RECONSTRUÇÃO CRANIANA COM 03 PLACAS E 07 PARAFUSOS DE TITÂNIO
 COLOCAÇÃO DE DRENO DE PORTO VAC 3.2
 FECHAMENTO POR PLANOS COM NYLON 3.0
 CURATIVO

Dr. João Augusto Monteiro
 Assinatura Anestesiologista

02/11/15

Assinatura Anestesiologista | CREMEC

Rua Catulo da Paixão Cearense, S/N, Triângulo - CEP 03041-102 - Juazeiro do Norte - CE

Relatório de Cirurgia

Paciente: CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENCO Prontuário: 125045

Clínica: CENTRO CIRURGICO Enfermaria: Sala Cirurgica Leito: 03A

Cirurgião: SAMIR SAMAN FILHO Anestesiologia: ** Não Informado **

1º Auxiliar: 2º Auxiliar:

Enfermeiro: Instrumentador: Circulante:

Procedimentos Propostos

Código	Descrição	Principal
0408050586	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA INTERCONDILEANA / DOS CONDILOS DO	S

Procedimentos Realizados

Código	Descrição	Principal
0408050586	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA INTERCONDILEANA / DOS CONDILOS DO	S

Exame diagnóstico pré-operatório:

** Não Informado **

Relatório Imediato do Patologista:

** Não Informado **

Exame Radiológico:

** Não Informado **

Acidentes e Incidentes:

** Não Informado **

Contagem Compressas e Instrumental:

** Não Informado **

Anestesia | Ocorrências Principais:

** Não Informado **

Registrar as Causas que Justifiquem a Longa Duração da Cirurgia:

** Não Informado **

Grau de Contaminação: Contaminada Tipo de Anestesia: Geral

- 1- PTE EM DDH, SOB A. GERAL
- 2- ASSEPSIA + ANTISSEPSIA E CAMPOS ESTEREIS
- 3- AMPLIADO FCC EM "Z"
- 4- DISSECÇÃO POR PLANOS + HEMOSTASIA ATE VISUALIZAÇÃO FOCO FRATURA - PRESENÇA DE EPIFISIOLISE TIPO IV DE SALTER HARRIS EM FEMUR DISTAL, COM PRESENÇA DE GRANDE COMINUIÇÃO E PERDA OSSEA (REGIAO METAFISARIA MEDIAL)
- 5- LIMPEZA EXAUSTIVA COM SF 0,9%
- 6- REDUÇÃO CRUENTA + FIO K (SINTESE PERDIDA) E PARAFUSO CANULADO COM ARRUELA NUM 75 EM EPIFISE
- 7- 3 PARAFUSOS (1 CORTICAL E 2 ESPONJOSOS C/ ARRUELA) DE ANTERIOR PARA POSTERIOR EM REGIAO METAFISARIA
- 8- PLACA DCP (PEQ FRAGMENTOS) 9 FUROS + 8 PARAFUSOS REGIAO METADIAFISARIA
- 9- ESCOPIA: SATISFATORIA (PERDA OSSEA MEDIAL, CONFORME ACIME DESCRITO)
- 10- LIMPEZA EXAUSTIVA COM SF 0,9%
- 11- SUTURA POR PLANOS + CURATIVO ESTERIL
- 12- TALA JOELHEIRA
- 13- A/C ANESTESISTA

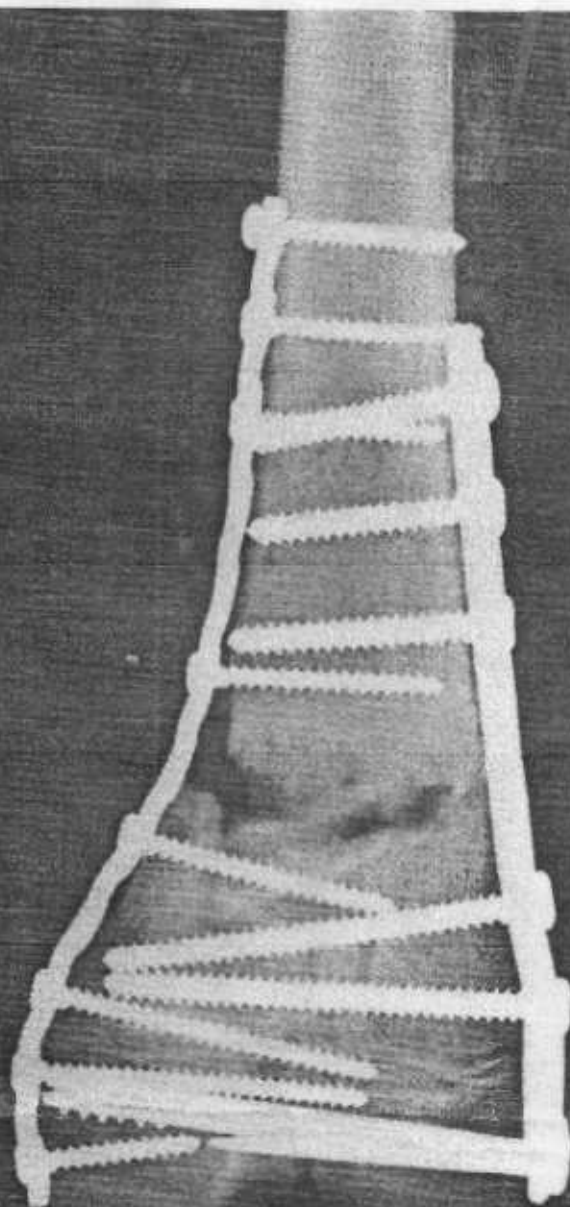
Data

02/11/15

Assinatura Anestesiologista | CREMEC

Rua Catulo da Paixão Cearense, S/N, Triângulo - CEP 63041-162 - Juazeiro do Norte - CE

Unidade mantida com recursos públicos, provenientes de seus impostos e contribuições sociais.



NOTICE: JPEG image for reference.
Not for diagnostic use.

NOTICE: JPEG image for reference.
Not for diagnostic use.



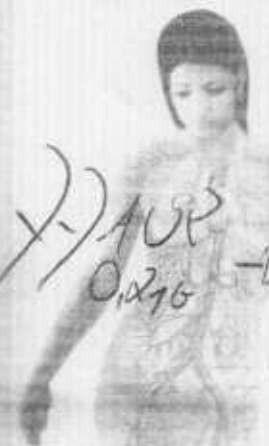
Dr. Rogério S. Couras de Carvalho

Clínica Médica - Endocrinologia / Metabologia

CRM - 7489

Identificação:

Picco / Pura

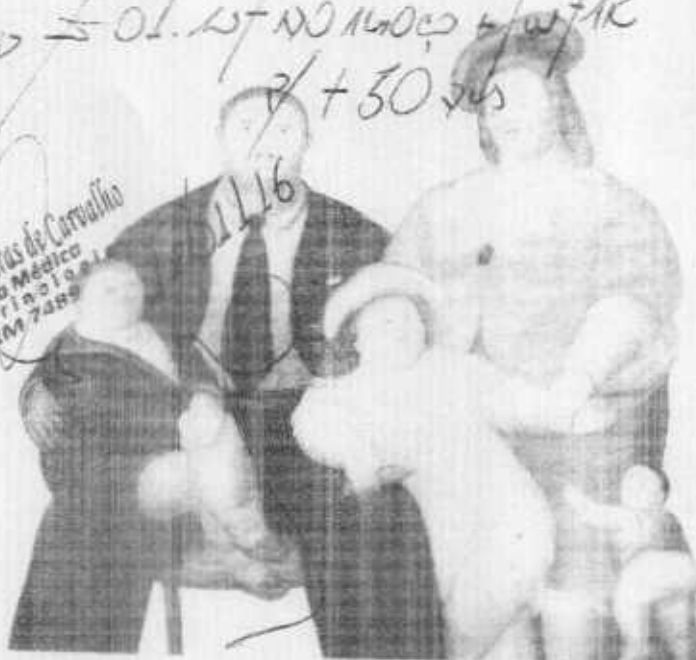


*X-1000
0,216 -> 501.0700h
+ 1/2 comprimido 15.00h
+ 01.15 22.00h.*

CRIPARINA 200 -> 501.2200h.

*U-1000 -> 501.15-15.15.00h + 1/2 AR
2 + 50 24h*

*Rogério S. Couras de Carvalho
Clínica Médica
Endocrinologia
CRM 7489*



Excesso de Peso

Diabetes Mellitus

Distúrbios do
Colesterol e / ou
Triglicerídeos

Doenças da Tireóide

Osteopenia
Osteoporose

Distúrbios do
Crescimento

Distúrbios do
Desenvolvimento
Puberal



HOSPITAL
SÃO CAMILO

Rua Santos Dumont, 510 - Iguatu-CE

Telefone Fixo: 088. 3582-7800 / 088. 9582-7844

Atendente: 088. 9643-1942 / Cel.: 088. 9986-2524



Dr. Rogério S. Couras de Carvalho

Clínica Médica - Endocrinologia / Metabologia

CRM - 7489

Identificação:

Alcir Geronzi de Souza Lourenço

*Atento a OS exames finais, o paciente
surciftivo está em tratamento e diabetes
insulinico neurogênico, pois test.
Assim sendo, necessitando de exames, consulte
também exames laborais e ferro no tratamento*

Excesso de Peso

Diabetes Mellitus

Distúrbios do
Colesterol e / ou
Triglicerídeos

Doenças da Tireóide

Osteopenia
Osteoporose

Distúrbios do
Crescimento

Distúrbios do
Desenvolvimento
Puberal

*12/02/10. C1747.794.
E.232*



Rua Santos Dumont, 510 - Igatu-CE
Telefone Fixo: 088. 3582-7800 / 088. 3582-7811
Atendente: 088. 9643-1942 / Cel.: 088. 9986-2524



PPS - 7/21/2017
 20 NRS 41 OUTROS
 TIRAMOS O SUBSÍDIO !!

Dr. Iuri Araujo Honcy

NEUROCIRURGIÃO / CIRURGIÃO DE COLUNA

R

Laudo Médico

Paciente ♂ 16a, (Clem Jefferson
Souza Lourenço, submetido
em 02/11/15 à Craniotomia
para Prevenção do Hematoma
Extradural decorrente de
TCE Grau por acidente de
moto, evoluindo com quadro
de Débito Inípidos
central e necessitando



R. Santos Dumont, 510 - Centro - Fone: (88) 3582-7800
Cep. 63.500-000 - Iguatu - Ce.

HOSPITAL
SÃO CAMILO

do uso contínuo,
exclusivo da medicação
DDAVP (Desmopressina),
sob risco de piora do
quadro neurológico com
a medicação não se
fornecer

CIDIO: E23.2, 506

13/01/16

ATESTADO MÉDICO:

Atesto para os devidos, que o paciente Cícero Jeferson Souza Lourenço, 16 anos e portador de diabetes insipidus central {Pós-traumatismo craniano}. O acompanhamento clínico é realizado periodicamente, onde se é solicitado vários exames, para avaliação da eficácia terapêutica.

O tratamento medicamentoso é feito com o uso do DDAVP, 0.2mg 02x ao dia. O acompanhamento e o tratamento medicamentoso devem ser realizados por período de tempo indeterminado. O paciente apresenta severas limitações físicas, de cunho ortopédico, para exercer quaisquer atividades laborais.

Atenciosamente.
Iguatu, 17 de Maio de 2016.

ROGÉRIO S. COURAS DE CARVALHO.
CRM: 7489.
ENDOCRINOLOGISTA.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES

DETINAN - CE Nº 010822460189
 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

BATI 01 1008188511 0000000000 2014

ANTONIO DO CARMO LEO
 CARIUS/CE

29420056800 ORY8108

*****/CE 9CZKC1680ER545567

PAS/MOTOCICLO/NAO APLIC. CASOL/ALCO

HONDA/CG150 FAN ESDI 2014 2014

2P/OCV/149CC PARTIC VERMELHA

286.75 1.11 292.01 00/00/0000

CARIUS

28/05/2014

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS POR COLISÃO E ROUBO
SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS POR COLISÃO E ROUBO

CE Nº 010822460189 BILHETE DE SEGURO DPVAT

2014

29420056800 ESTE É O BILHETE DO SEGURO DPVAT
 29420056800 AS INFORMAÇÕES, LIDA ORY8108
 A CONDIÇÃO GERAL DE COBERTURA
 VER NO SEU SEGURO DPVAT. COMPLETO
 OAC DPVAT COM 022 1206

01 29420056800 ORY8108

1008188511 HONDA/CG150 FAN ESDI

2014 09 9CZKC1680ER545567

PRÊMIO TARIÁRIO

129.04 14.34 143.38

4.15 1.11 292.01

00/00/0000

PROPRIETARIO

LOTE/DO 1127955/47 1127955/47 993751

MOTOR: KC1680ER545567

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, **ANTONIO DO CARMO LEDO** RG nº 37410480-3, data de expedição 22/11/11, Órgão SSP-CE, portador do CPF nº 294.200.568-80, com domicílio na cidade de CARIÚS, no Estado de CEARA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada) SÍTIO CANA BRAVA nº 514, complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a vítima **CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO**, cujo o condutor era RAFAEL AQUINO BATISTA.

Veículo: HONDA CG 150 FAN

Ano: 2014

Modelo: 2014

Placa: ORY 8108

Chassi: 9C2KC1680ER545567

Data do acidente: 01/11/2015

Local e Data: CARIÚS/CE 11-02-2016

X Antonio do Carmo Ledo

Assinatura do Declarante

Assinatura do condutor(caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

DECLARAÇÃO DE VERDADE E REGISTROS DE CARIÚS - CEARA	
Registro feito por: _____ Data de emissão: _____ Assinatura: <u>Antonio do Carmo Ledo</u>	<input type="checkbox"/> SEMELHANÇA <input checked="" type="checkbox"/> AUTENTICIDADE
11 FEV 2016 M. Moura de Oliveira - Escrevente	
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE	

CARTÓRIO ALEXANDER MOTA
 Samara Rosal Alencar
 ESCRIVENTE AUXILIAR

SINISTRO 3160571590 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENCO****COBERTURA Invalidez****SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO****BENEFICIÁRIO CICERO JEFFERSON SOUZA LOURENCO****CPF/CNPJ: 08268241373****Posição em 27-09-2016 08:40:21**

A documentação abaixo encontra-se pendente, devendo ser entregue no mesmo local em que a documentação inicial foi entregue.

Descrição	Tipo	Status	Nome
 Comprovação de ato declaratório	Vitima	Pendente	



CARTÓRIO ALVES DA SILVA - 1º Ofício

VANDA ALVES DA SILVA AMANDA ALVES DA SILVA WANDERLAY
TITULAR SUBSTITUTA

RUA MARIA ALVES DA SILVA, 510 - IGUAU - CEARÁ - CEP: 63.500-000 Telefone: (08) 3681.3339 - Email: cartorioalvesdasilva@hotmail.com

R. Floriano Peixoto, n.º 510 - Centro - Iguaú - Ceará - CEP: 63.500-000 Telefone: (08) 3681.3339 - Email: cartorioalvesdasilva@hotmail.com
NASCIMENTO, CASAMENTO, PROCURAÇÃO, RECONHECIMENTO DE FIRMA, AUTENTICAÇÃO DE CÓPIA, ESCRITURA, PROTESTO, REGISTRO DE TÍTULO E DOCUMENTO, REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA, XEROX E PLASTIFICAÇÃO

Serviço de Registro Civil e Notas 1º Ofício Certidão de Óbito

NOME:

RAFAEL AQUINO BATISTA

MATRÍCULA:

018077 01 55 2015 4 00020 095 0013846 31

SEXO Masculino	COR Ignorada	ESTADO CIVIL E IDADE Solteiro, 21 anos	
NATURALIDADE Iguaú - CE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CPF 044.231.103-69, RG 2007753704-6 SSP/CE		ELEITOR Sim
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA Filho de ANTONOR BATISTA DA SILVA e de MARIA ELIETE SILVA DE AQUINO. Residência do falecido: SÍTIO MAURICIA, Cariús - CE			
DATA E HORA DE FALECIMENTO Um de novembro de dois mil e quinze, às 20h00min.		DIA 01	MÊS 11
ANO 2015			
LOCAL DE FALECIMENTO SÍTIO QUIXOÁ-IGUAU-CE			
CAUSA DA MORTE HEMORRAGIA CRANIANA E ABDOMINAL, LESÃO NO CEREBRO E NO FÍGADO, TRAUMATISMO CRANIANO E ABDOMINAL, (ACIDENTE DE TRÂNSITO)			
SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO CEMITERIO DE VILA BARRO ALTO-IGUAU-CE		DECLARANTE ANTONOR BATISTA DA SILVA, RG.2880693-94, AGRICULTOR, casado, residente SÍTIO MAURICIA-CARIÚS-CE	
NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATISTOU(ARAM) O ÓBITO DR. OLAVO JOSÉ DE ARAUJO COUTO, CRM 10408			
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Ato registrado no livro C-20, às folhas 95 sob o nº 13846. Data do registro: 4 de novembro de 2015. Data do óbito: 1 de novembro de 2015. Profissão do falecido: AGRICULTOR. Data de nascimento do falecido: 13 de abril de 1994. Era eleitor. Solteiro. Não deixou bens, era reservista, era eleitor, não deixou filhos. Não constam averbações à margem do termo.			

Nome do Ofício
Serviço de Registro Civil e Notas 1º Ofício

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Iguaú, 4 de novembro de 2015.

Oficial Registrador
Vanda Alves da Silva

Município/UF
Iguaú

Endereço
Rua Floriano Peixoto, nº 510

Autentico a presente cópia
reprográfica que me foi apre-
sentada em cartório.
Dou fé, 24 NOV 2015

Sheila M. Moura de Oliveira
Escrevente

VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE.



CPF: 453.60
Escrevente





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

24ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8424, Fortaleza-CE - E-mail: for24cv@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0100563-64.2017.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Cicero Jefferson Souza Lourenço**
 Requerido: **Mapfre Seguros Gerais S.a e outro**

R.H.,

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, em conformidade com o Art. 321 do Código de Processo Civil, complementando a qualificação da genitora da parte autora, bem como para esclarecer a que se refere a certidão de óbito acostada à fl. 42, sob pena de indeferimento da petição inicial.

Exp. Neces.

Fortaleza (CE), 09 de janeiro de 2017.

Adayde Monteiro Pimentel

Juíza de Direito

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0006/2017, encaminhada para publicação.

Advogado
Eurijane Augusto Ferreira (OAB 16326/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "R.H., Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, em conformidade com o Art. 321 do Código de Processo Civil, complementando a qualificação da genitora da parte autora, bem como para esclarecer a que se refere a certidão de óbito acostada à fl. 42, sob pena de indeferimento da petição inicial. Exp. Neces."

Do que dou fé.
Fortaleza, 27 de janeiro de 2017.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0006/2017, foi disponibilizado na página 199/205 do Diário da Justiça Eletrônico em 30/01/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 01/02/2017, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Eurijane Augusto Ferreira (OAB 16326/CE)	15	21/02/2017

Teor do ato: "R.H., Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, em conformidade com o Art. 321 do Código de Processo Civil, complementando a qualificação da genitora da parte autora, bem como para esclarecer a que se refere a certidão de óbito acostada à fl. 42, sob pena de indeferimento da petição inicial. Exp. Neces."

Do que dou fé.
Fortaleza, 31 de janeiro de 2017.

Diretor(a) de Secretaria

**Escritório Fortaleza**

R. Joaquim Felício, nº201, Sala 06, Shopping Cavalcante Plaza Center
Bairro Messejana, Fortaleza - Ceará, CEP: 60.840-115
Fone: (0xx85) 3215-1116
E- mail: albeaugadvogados@hotmail.com

Escritório Iguatu

Rua Engenheiro Wilton Correia Lima, Nº 9
Bairro Prado, Iguatu - Ceará, CEP: 63.502-107
Fone: (0xx88) 3581-1280
E- mail: albeaugadvogados@hotmail.com

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 24ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA, ESTADO DO CEARÁ.**

PROCESSO NÚMERO 0100563-64.2017.8.06.0001

CÍCERO JEFFERSON SOUZA LOURENÇO, devidamente qualificado (a) nos autos do feito em epígrafe, por conduto de seus advogados, respeitosamente vem à presença de V. Exa. EMENDAR A INICIAL, para esclarecer que a genitora do autor é brasileira, casada e agricultora, bem como para esclarecer que o Certidão de Óbito de fl. 42 é referente à morte do condutor do veículo envolvido no acidente do qual foi vítima o autor, ocorrido em 01/11/2015 (v. fl. 20)

Assim, requer seja dado regular impulso ao feito.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Fortaleza-CE, 21 de fevereiro de 2017.

EURIJANE AUGUSTO FERREIRA

OAB-CE 16.326

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

24ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8424, Fortaleza-CE - E-mail: for24cv@tjce.jus.br

DECISÃO

Processo nº: **0100563-64.2017.8.06.0001**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**
Requerente: **Cicero Jefferson Souza Lourenço**
Requerido: **Mapfre Seguros Gerais S.a e outro**

Vistos.

Trata-se de ação de cobrança aforada nesta Comarca de Fortaleza-CE, onde a parte autora visa receber da seguradora demandada indenização do seguro DPVAT a que faria jus em razão de acidente automobilístico.

Inicialmente, impende registrar, por importante, que o acidente que gerou o suposto direito à indenização do seguro DPVAT não ocorreu na Comarca de Fortaleza, nem tampouco as partes autora e ré são residentes ou domiciliadas nesta capital (o endereço indicado na inicial é apenas de sucursal e não da sede da seguradora).

O Código de Processo Civil estabelece regras de fixação de competência, que existem exatamente para evitar que haja escolha do juízo que melhor atenda, dentre os entendimentos já firmados em relação a uma matéria, a pretensão defendida pela parte.

A incompetência territorial é, via de regra, relativa, não podendo, por isso, o juízo conhecer de ofício, conforme entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça. Entretanto, inexistindo qualquer elemento que justifique, dentro das normas de competência estabelecidas em lei, o ajuizamento da ação em determinada comarca, pode o juiz, em atenção ao princípio do juiz natural, declinar de ofício da competência, mesmo tratando-se de competência relativa.

O princípio do juiz natural, contemplado no artigo 5º, incisos XXXVII e LIII, da Constituição Federal, estabelece que somente o órgão jurisdicional competente pode processar e julgar a demanda. Dispõe, também, que esse órgão deverá ser estabelecido previamente à demanda, obedecendo a regra de fixação de competência prevista em lei, tornando-se, desta forma, impossível que seja feita a escolha do foro sem observância à rígida especificação legal com consequente tramitação e julgamento de ações perante juízos incompetentes.

O STJ já firmou o entendimento no sentido de ser inadmissível a escolha



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

24ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8424, Fortaleza-CE - E-mail: for24cv@tjce.jus.br

aleatória, sem justificativa plausível, de foro que não seja nem o do domicílio do autor, nem o do réu, nem o de eleição, nem o local de cumprimento da obrigação. No caso específico das ações que cobram indenização do seguro DPVAT, o STJ editou a Súmula nº 540, que estabelece os foros onde a parte pode impetrar seu pedido, *in verbis*: “Súmula nº 540. Na ação de cobrança de seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu.”

A súmula acima transcrita, dirimiui, definitivamente, os questionamentos sobre o direito do beneficiário do seguro DPVAT optar injustificadamente por qualquer foro, e estabeleceu que a liberdade da parte escolher o foro para ajuizar ação é limitada às opções previstas em lei, e não à vontade das partes ou conveniência de seus advogados.

A propositura da ação em local diverso do estabelecido em lei ou em desacordo com as normas de Organização Judiciária do Estado fere o princípio do juiz natural, constituindo, assim, matéria de ordem pública, o que permite o conhecimento de ofício pelo juiz, numa verdadeira exceção à regra e à Súmula 33 do STJ.

O entendimento aqui esposado se mostra quase que unânime nos principais tribunais do país, dentre eles o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, como demostram as recentes decisões adiante colacionadas:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA EM AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. COMPETÊNCIA RELATIVA. FACULDADE DO AUTOR NA ESCOLHA DO FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU, LOCAL DO ACIDENTE OU NO SEU DOMICÍLIO. HIPÓTESE EM QUE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO SE DEU EM FORO ESTRANHO ÀS NORMAS PROCESSUAIS. DECISÃO DECLINATÓRIA DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. MITIGAÇÃO DA SÚMULA Nº 33 DO STJ. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. A questão trazida nos presentes autos cinge-se na definição da competência para apreciação de demanda em que se pleiteia a complementação de indenização decorrente de acidente automobilístico (DPVAT), tendo em vista que o magistrado a quo declinou da competência de ofício, determinando a remessa dos autos à Comarca em que reside a vítima (Penaforte). 2. Nesses termos, dúvidas não existem quanto a definição de que a cobrança de seguro decorrente de acidente automobilístico (DPVAT) é de natureza pessoal. Assim, a autora tem a opção de ajuizar sua demanda em seu domicílio ou no domicílio onde ocorreu o acidente ou, ainda, no foro do domicílio do réu, conforme entendimento firmado pelo STJ no recurso repetitivo RESP nº. 1.357.813. 3. No entanto, para o processamento da ação originária, a autora optou por Comarca totalmente estranha à relação material, não configurando qualquer das hipóteses prevista pela legislação processual civil. Ora, apesar da faculdade de escolha entre o seu domicílio, o domicílio do réu e o do local do fato, não é permitida a eleição aleatória de qualquer foro existente no território nacional, como bem destacou a douta Procuradoria-Geral de Justiça, sob pena de violação ao princípio do juiz natural, estabelecido no art. 5º, LIII, da Constituição Federal de 1988. 4. Referido fato, autoriza a mitigação da Súmula nº 33 do STJ, de modo que seja estabelecido, ainda que ex officio, o juízo competente, dentre aqueles estabelecidos em Lei, para a regular tramitação do processo. 5. Conflito Negativo de Competência conhecido, mas rejeitado, declarando o Juízo da Vara Única Vinculada da Comarca de Penaforte/CE como competente para processar julgar o feito. (TJCE; CC 0000204-80.2015.8.06.0000; Sexta Câmara Cível; Relª Desª Maria Vilauba Fausto Lopes; DJCE 11.05.2015; pág. 41) Grifo nosso.

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. APESAR DE POSSUIR NATUREZA RELATIVA, TRATA-SE DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ATUAÇÃO DE OFÍCIO PELO JULGADOR QUANDO A



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

24ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8424, Fortaleza-CE - E-mail: for24cv@tjce.jus.br

ESCOLHA DO JUÍZO NÃO OBSERVA AS REGRAS DE COMPETÊNCIA. NÃO APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 33, DO STJ. CONFLITO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO. 1. A ação não foi proposta na Comarca de domicílio da autora, nem do local do acidente ou do domicílio do réu, não se enquadrando em nenhuma das regras de competência estabelecidas pela legislação processual vigente. 2. A Comarca eleita para propositura da ação não figura dentre as que, de acordo com as normas processuais, poderia ter competência, ainda que concorrente, para apreciar e julgar o feito. O ingresso da ação em Comarca diversa, Brejo Santo/CE, hipótese não abrangida pela legislação processual, gera nulidade insanável que inadmitte convalidação (prorrogação da competência), pois não se pode convalidar aquilo que ofende norma de ordem pública. 3. A remessa dos autos à Comarca de Penaforte não trará prejuízo à promovente, que, além de contribuir para a solução do litígio, facilitando a colheita de provas, visa garantir a observância ao princípio do juiz natural. 4. Inaplicabilidade ao caso concreto do teor da Súmula nº. 33, do STJ. 5. Conflito conhecido, mas desprovido. (TJCE; CC 000019958.2015.8.06.0000; Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Washington Luis Bezerra de Araújo; DJCE 12.06.2015; pág. 24).

Assim, a opção feita pela parte, no caso em liça, data vênha, desrespeita de forma flagrante as normas de competência estabelecidas em lei e constitui-se em verdadeira escolha do juízo, violando, como dito anteriormente, o princípio do juiz natural. O fato de a seguradora possuir filial ou sucursal nesta Comarca de Fortaleza-CE, também não confere competência a este juízo para processar e julgar esta ação, pois a faculdade de escolha de foro prevista no 53, III, "b" do NCPC (art. 100, IV, b do CPC/1973), somente será adequada e possível nas hipóteses em que a filial/sucursal tenha vinculação com os atos praticados ou obrigações assumidas. O suposto dever de indenizar a parte autora indiscutivelmente não decorre de obrigação assumida especificamente por tal unidade ou sucursal da demandada aqui existente, o que afasta por completo o possível direito da parte autora em demandar neste juízo.

Da fonte jurisprudencial, colho os seguintes julgados:

COMPETÊNCIA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. PROPOSITURA DA AÇÃO NO FORO DO LOCAL DA AGÊNCIA OU SUCURSAL. DECISÃO QUE DECLINOU DA COMPETÊNCIA DE OFÍCIO. ADMISSIBILIDADE. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL E REGRAS DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, QUE CONSTITUEM MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. EXCEÇÃO À REGRA DO [ART. 112 DO CPC](#). INAPLICABILIDADE AO CASO DA REGRA DO [ARTIGO 100, IV, "B", DO CPC](#). DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO DO LOCAL DO DOMICÍLIO DO AUTOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 10 DESTA E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO IMPROVIDO. "NA COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO O AUTOR TEM A OPÇÃO DE AJUIZAR A AÇÃO NO FORO DO LUGAR DO FATO, DO SEU DOMICÍLIO OU DO RÉU. " (SÚMULA Nº 10 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO). A PROPOSITURA EM LOCAL DIVERSO, POR CONVENIÊNCIA DO ADVOGADO, FERE O PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL E ESTÁ EM DESACORDO COM AS NORMAS DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, O QUE CONSTITUI MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA E EXCEÇÃO À REGRA DO [ART. 112 DO CPC](#). No caso, o acidente automobilístico ocorreu na Comarca de Carapicuíba e o autor reside em Osasco, não havendo justificativa plausível para o ajuizamento da ação na Comarca de São Caetano do Sul, não tendo aplicação à hipótese o [artigo 100, IV, "b", do Código de Processo Civil](#), pois a obrigação em questão não foi assumida especificamente por agência ou sucursal da ré. (TJSP; AI 2133336-47.2015.8.26.0000; Ac. 8657356; São Caetano do Sul; Trigesima Segunda Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Kioitsi Chicuta; Julg. 30.07.2015; DJESP 06.08.2015) Grifo nosso.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT PROPOSTA EM FORO DIVERSO DO DOMICÍLIO DO AGRAVANTE, DO LOCAL DO FATO, DA SEDE DA AGRAVADA OU FILIAL ONDE CONTRAÍDA A OBRIGAÇÃO. DECISÃO QUE DECLINOU COMPETÊNCIA RELATIVA DE OFÍCIO. ADMISSIBILIDADE, ANTE A INOBSERVÂNCIA DAS REGRAS DE COMPETÊNCIA APLICÁVEIS À ESPÉCIE E ELEIÇÃO DE FORO ALEATÓRIO. Solução que busca resguardar o princípio constitucional do juiz natural e as normas de organização



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

24ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8424, Fortaleza-CE - E-mail: for24cv@tjce.jus.br

judiciária, o que constitui matéria de ordem pública e exceção à regra do [art. 112 do CPC](#) e Súmula nº 33 do C. STJ. Decisão mantida. Recurso improvido. (TJSP; AI 2093862-69.2015.8.26.0000; Ac. 8527021; Presidente Prudente; Vigésima Nona Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Neto Barbosa Ferreira; Julg. 10.06.2015; DJESP 22.06.2015).

Destarte, extrai-se dos autos que a parte autora escolheu aleatoriamente, em flagrante afronta ao princípio do juiz natural, o foro desta capital para ajuizar sua ação, sem que aqui fosse o seu domicílio, nem o do réu, nem o de eleição, nem o local do acidente, nem tampouco o local de cumprimento da obrigação, devendo, por isso, a incompetência deste juízo ser reconhecida de ofício, sob pena de permitir que os litigantes escolham juízes para apreciar seus pleitos, numa verdadeira burla às normas de competência territorial-funcional, o que seria, datíssima vênica, um absurdo impensável.

Assim, com base nas razões acima expostas, **DECLINO DA COMPETÊNCIA** para conhecer do feito e, em consequência, determino a remessa dos autos ao setor competente para que proceda o encaminhamento dos autos ao juízo do domicílio da parte autora, com a devida baixa.

Intime-se.

Exp. Nec.

Fortaleza /CE, 03 de março de 2017.

Adayde Monteiro Pimentel

Juíza de Direito

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

24ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8424, Fortaleza-CE - E-mail: for24cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0100563-64.2017.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Cicero Jefferson Souza Lourenço**
 Requerido: **Mapfre Seguros Gerais S.a e outro**

CERTIFICO, em conformidade com o Art. 12, §3º da Lei 11.419/2006, que os autos em epígrafe foram impressos e remetidos à Cariús/CE, sendo possível aferir a autenticidade das peças e das respectivas assinaturas digitais, através de consulta ao portal <http://esaj.tjce.jus.br>, utilizando-se, para tanto, da senha constante do ofício em anexo. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 11 de abril de 2017.

Ticiane Maria Ramalho Lima Sombra
Diretora de Secretaria

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os **documentos produzidos eletronicamente** e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

24ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8424, Fortaleza-CE - E-mail: for24cv@tjce.jus.br

OFÍCIO

Processo n.º: **0100563-64.2017.8.06.0001**
Classe: **Procedimento Comum**
Assunto: **Acidente de Trânsito**
Requerente: **Cicero Jefferson Souza Lourenço**
Requerido: **Mapfre Seguros Gerais S.a e outro**

Ofício n.º 157/2017.

Fortaleza, 11 de abril de 2017.

Assunto: Solicitação de habilitação de processo no sistema SPROC

Senhor(a) Chefe do Setor de Protocolo,

Solicito a habilitação do processo acima mencionado, no sistema SPROC, objetivando sua redistribuição para um dos juízos não virtualizados na Comarca de **Cariús/CE**.

Atenciosamente,

Ticiane Maria Ramalho Lima Sombra
Diretora de Secretaria

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;**

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Jucás

Vara Única da Comarca de Jucás

Rua José Facundo Leite, S/N, Centro - CEP 63580-000, Fone: (88) 3517-1109, Jucás-CE - E-mail: jucas@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0100563-64.2017.8.06.0001**
Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
Classe: **Procedimento Comum Cível**
Assunto: **Seguro**
Requerente: **Cicero Jefferson Souza Lourenço**
Requerido: **Mapfre Seguros Gerais S.a e outro**

I – PROMOVA A SECRETARIA A REATIVAÇÃO DO FEITO QUE AINDA ESTÁ CADASTRADO COMO ARQUIVADO.

Defiro à parte autora os benefícios da Gratuidade Judiciária. No entanto, fica a parte advertida de que a falsa afirmação de hipossuficiência, verificada ao longo do feito, ensejará a aplicação da penalidade prevista no art. 100, parágrafo único do NCPC.

II - DISPENSO a audiência de conciliação inicial, vez que é de conhecimento deste juízo que em casos dessa natureza a conciliação dificilmente é efetuada sem a realização da perícia e tendo em vista que a própria autora não se mostrou favorável ao ato. Inobstante, eventual audiência poderá ser marcada no curso do feito, caso seja de interesse de ambas as partes.

CITE-SE o Réu para, querendo, apresentar resposta no prazo de quinze dias úteis.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Jucás

Vara Única da Comarca de Jucás

Rua José Facundo Leite, S/N, Centro - CEP 63580-000, Fone: (88) 3517-1109, Jucás-CE - E-mail: jucas@tjce.jus.br

III - A citação deverá ocorrer:

- preferencialmente, por meio eletrônico, caso se trate de pessoa jurídica e possua cadastro no sistema para tal finalidade (NCPC, artigo 246, §1º); ou
- por correio, com aviso de recebimento; ou
- por oficial de justiça, se assim for expressamente requerido pela parte autora.

IV - Deverá constar no mandado ou carta de citação, ou da citação eletrônica:

- a. que caso o Réu reconheça a procedência do pedido e, simultaneamente, cumpra integralmente a pretensão reconhecida, os honorários de sucumbência serão reduzidos pela metade (NCPC, art. 90, §4º);
- b. a advertência do artigo 334 do NCPC (“Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor”);
- c. caso a citação seja por mandado, poderá o sr. oficial de justiça se valer do artigo 212, §2º do NCPC, independente de prévia autorização judicial, desde que respeitado o artigo 5º, XI da Constituição Federal de 1988;

V – Com a contestação, caso sejam alegadas preliminares ou juntados documentos, diga a parte autora em quinze dias.

VI – Após, especifiquem as partes as provas que

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Jucás

Vara Única da Comarca de Jucás

Rua José Facundo Leite, S/N, Centro - CEP 63580-000, Fone: (88) 3517-1109, Jucás-CE - E-mail: jucas@tjce.jus.br

pretendem produzir, justificando sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento. Na mesma oportunidade, digam se há interesse na designação de audiência para auto composição.

Havendo requerimento de provas, tornem para saneamento.

Nada sendo requerido, tornem para sentença.

VII – Diligências necessárias.

Jucás, 16 de setembro de 2020.

HALLANA DUARTE MIRANDA
Juiz



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Jucás

Vara Única da Comarca de Jucás

Rua José Facundo Leite, S/N, Centro - CEP 63580-000, Fone: (88) 3517-1109, Jucás-CE - E-mail: jucas@tjce.jus.brJucás

CARTA DE CITAÇÃO - AR

Processo nº: **0100563-64.2017.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Comum Cível**
 Assunto: **Seguro**
Cicero Jefferson Souza Lourenço
 Requerido **Mapfre Seguros Gerais S.a e outro**
 Senha do Processo **Senha de acesso da pessoa selecionada**

Prezado(a) Senhor(a) Representante da Mapfre Seguros Gerais S.a

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dr(a). HALLANA DUARTE MIRANDA**, Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Jucás, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, para, querendo, contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de ser considerado revel e presumir-se como verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo(a) autor(a). Fica V. Sa. ciente ainda de que o mencionado prazo começará a fluir da juntada aos autos do aviso de recebimento.

Jucás/CE, 23 de setembro de 2020.

Maria Helionilda Lucas Bezerra
Supervisora de Secretaria

Sr(a) Representantee.
 Mapfre Seguros Gerais S.a
 Antonio Sales, 1357, Joaquim Tavora
 Fortaleza-CE
 CEP 60135-100



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Jucás

Vara Única da Comarca de Jucás

Rua José Facundo Leite, S/N, Centro - CEP 63580-000, Fone: (88) 3517-1109, Jucás-CE - E-mail: jucas@tjce.jus.brJucás

CARTA DE CITAÇÃO - AR

Processo nº: **0100563-64.2017.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Comum Cível**
 Assunto: **Seguro**
Cicero Jefferson Souza Lourenço
 Requerido **Mapfre Seguros Gerais S.a e outro**

Prezado(a) Senhor(a) Representante da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.a.

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dr(a). HALLANA DUARTE MIRANDA**, Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Jucás, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria sobre todo o conteúdo da ação cível objeto do processo em epígrafe, para, querendo, contestá-la no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de ser considerado revel e presumir-se como verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo(a) autor(a). Fica V. Sa. ciente ainda de que o mencionado prazo começará a fluir da juntada aos autos do aviso de recebimento.

Jucás/CE, 23 de setembro de 2020.

Maria Helionilda Lucas Bezerra
Supervisora de Secretaria

Sr(a) Representante
 Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.a.
 Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar, Centro
 Rio De Janeiro-RJ
 CEP 20031-205